

SÃO PAULO 1932: UMA EXPLOSÃO EM BUSCA DE NOVOS RUMOS

SÃO PAULO 1932: AN EXPLOSION IN SEARCH FOR NEW DIRECTIONS

Agnaldo Kupper*

RESUMO: Mal se iniciara o período Vargas (1930 – 1945); mal a dita Revolução de 1930 fincara pilares, o Estado de São Paulo sentia ser preterido. Economia desestruturada pelos efeitos da Crise Mundial de 1929 (provocada pela crise na economia norte-americana), com estima em baixa com a perda do controle político sobre o país, São Paulo rebelou-se, apegando-se a atitudes de Getúlio Vargas com as quais não concordava. São Paulo buscou o separatismo, lutando em um dos episódios mais comoventes e marcantes da história brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Era Vargas; Revolução Constitucionalista; Rompimento de Estruturas.

RESUMIEN: Apenas se había iniciado el período del mandato de Vargas (1930 – 1945); ni bien la revolución de 1930 había dejado pilares, el Estado de San Pablo se sentia omitido. Com uma economia desestruturada por los efectos de la Crisis Mundial de 1929 (provocada por la crisis em la economia norteamericana) y com bajo autoestima por la perdida del control político sobre el país, San Pablo se restableció, apegándose a las actitudes de Getulio Vargas com el cual no concordaba. San Pablo busco el separatismo, luchando em uno de los episodios más conmovedores que dejó profundas marcas em la historia brasileña.

PALABRAS-CLAVE: La era Vargas; Revolución Constitucionalista; Rotura de las Estructuras.

1. INTRODUÇÃO

A Primeira República chegou ao fim com a chamada Revolução de 1930. A partir de então, pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria dominado pela figura de Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho, avesso às urnas e lembrado como o homem que nacionalizou o trabalho, que instituiu o salário mínimo, que criou a Justiça do Trabalho e a CLT.

Getúlio não é, nunca foi e nunca será uma unanimidade entre historiadores e cientistas políticos. Porém, usou de uma revolução para construir seu projeto de poder. Não sem reações.

* Professor de Ensino Médio, Cursos Pré-vestibulares, Ensino Superior e de Pós-graduação; escritor; doutorando na área de História e Sociedade; diretor de unidade de Ensino.

As primeiras manifestações de descontentamento com Getúlio vieram de São Paulo onde, a 25 de janeiro de 1932, uma concentração de cerca de cem mil pessoas reivindicou a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a autonomia dos Estados (afinal até quando iria a provisoriedade de Vargas?). Getúlio não ouviu os clamores de uma população que se sentia violada, alijada de reconhecimento, desprezada em suas intenções.

Assim, a 09 de julho do mesmo 1932, empurrada pela oligarquia cafeeira, teve início a chamada Revolução Constitucionalista, que duraria menos de três meses e que se tornou a maior mobilização militar ocorrida no Brasil, matando mais brasileiros do que na II Grande Guerra (1939-1945): cerca de novecentos, com envolvimento direto de aproximadamente cento e trinta mil combatentes.

São Paulo foi cenário de cenas violentas. Cidades inteiras foram abandonadas por seus moradores e os saques tornaram-se comuns. Aviões usados para bombardeios feriram, mutilaram, mataram. A brutalidade das tropas federais não desanimava paulistas de toda ordem: anônimos, desempregados, comerciantes, funcionários públicos, todos dispostos a lutar contra o Brasil desenhado pelo personalista Vargas.

O fato é que sem esta marca histórica, o Brasil não seria o que é. Muito menos o Estado de São Paulo.

2. REPÚBLICA BRASILEIRA: DA ORGANIZAÇÃO ÀS CONTRADIÇÕES

Não é uma tarefa simples empreender um balanço objetivo da história republicana brasileira, inaugurada em 1889. Desde então, o país tem vivido sucessivas crises institucionais: seis golpes de Estado, freqüentes estados de sítio, nove eleições indiretas para presidente da República, cinco presidentes depostos, três presidentes eleitos e impedidos de assumir o cargo, seis constituições, um período parlamentarista e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Após 1930, apenas quatro presidentes eleitos diretamente concluíram integralmente o mandato: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Na realidade, o advento da República representou uma adequação das instituições políticas, jurídicas e administrativas às transformações econômicas e sociais que vinham se processando no país, a partir da abolição do tráfico negreiro. Uma vez mais, os interesses da maioria da população foram relegados, prevalecendo a orientação política ditada pelos grandes cafeicultores, aliados às demais oligarquias regionais.

Com o término do governo Floriano Peixoto, em 1894, chegou ao fim a chamada República da Espada. Os setores florianistas desejavam que o Marechal de Ferro continuasse no poder, governando de forma ditatorial, mas não era essa a orientação política defendida pelos cafeicultores paulistas, que detinham em suas mãos a principal riqueza do país.

Aglutinados em torno do Partido Republicano Paulista, criado em 1893, os senhores do café viram que a República estava consolidada e que chegara a hora da instalação do poder civil. Esse projeto se concretizou, em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, rico fazendeiro paulista, para a presidência da República.

Nascia, assim, sob a hegemonia dos plantadores de café, a chamada Primeira República, que perduraria até 1930. Ao longo de mais de três décadas, as instituições republicanas brasileiras se moldaram às coordenadas da política do café-com-leite, uma aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais, os dois estados da federação mais poderosos economicamente. Um dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros para garantir-lhe o controle do poder foi a política dos governadores, posta em prática a partir de Campos Sales, a partir de 1898. A essência dessa política consistia num acordo entre o governo central e as oligarquias que controlavam o poder em cada um dos estados. Estas se comprometiam a apoiar as decisões do presidente da República, que tinha o respaldo das bancadas de São Paulo e Minas Gerais e, em reconhecimento, o governo federal se negava a diplomar os parlamentares da oposição eleitos nos diversos estados. Graças a esse mecanismo, impedia-se que, na esfera política nacional e regional, ocorressem grandes disputas eleitorais. Evitava-se, ao mesmo tempo, que surgisse uma oposição capaz de colocar em risco o domínio da elite agrária do Centro-Sul.

Essa prática política, que estabelecia laços de lealdade entre o governo central e as oligarquias regionais, tinha como base de sustentação o poder político dos coronéis. Grande proprietário de terra e chefe político local, o coronel controlava o voto e a vontade de todos os que viviam sob sua dependência: meeiros, agregados, colonos. Estribados no voto de cabresto e no controle dos currais eleitorais, eram eles que garantiam a eleição de prefeitos, deputados e governadores. Em retribuição a esse apoio, era-lhes reservado o direito de indicar os ocupantes dos diversos cargos públicos locais: da professora rural ao delegado. Nesse quadro, a avaliação que se fazia do prestígio de um coronel era a sua capacidade de trocar votos por favores. Além do poder que o governo estadual lhe conferia, não vacilava em recorrer aos bandos armados que mantinha em suas fazendas para liquidar seus adversários políticos. Era com base nesse sistema de alianças, ligando o coronel ao governo federal, que se mantinha uma ordem social sedimentada no latifúndio. Os movimentos divergentes dos pobres da terra e dos setores urbanos assalariados eram reprimidos com extrema violência. Foi o que ocorrer, por exemplo, com o movimento de Canudos, com o Contestado e, nas primeiras décadas do século XX, com a luta dos operários em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

No plano econômico, todas as medidas governamentais eram voltadas para a valorização do café, principal produto de exportação brasileiro. Mantinha-se, assim, o caráter colonial de nossa economia que, apesar do surgimento de um setor industrial de bens de consumo, continuava dependente da dinâmica do mercado externo.

A partir da segunda metade da década de 1910, novos atores apareceram na cena política: o empresariado fabril, os segmentos médios urbanos e o operariado. Influenciados pelo anarquismo, os trabalhadores fabris deflagraram greves e ocuparam as ruas de São Paulo e Rio de Janeiro em grandes manifestações. Nos quartéis, a inquietação política agitava a jovem oficialidade, que em vários momentos recorreu às armas para impor uma nova feição política ao país.

O Tenentismo, como ficou conhecido o movimento das revoltas militares do período, tem seu momento culminante na Coluna Prestes que, ao longo de dois anos e meio de luta, fustigou as tropas governamentais e

semeou a esperança de transformação entre os segmentos sociais inconformados com a política do café-com-leite. A elite dominante respondeu à contestação com ações repressivas da polícia e do Exército, mas não impediu que a unidade oligárquica, sacralizada por São Paulo e Minas Gerais, fosse rompida. A resolução do conflito entre os setores dominantes se deu pela força das armas: a Revolução de 1930, vitoriosa, inaugurou uma nova etapa na história republicana do Brasil, desmontando todo um sistema edificado em torno do café. Dentro deste contexto histórico, assume aquele que passará a controlar o país por anos: Getúlio Dorneles Vargas.

3. A ERA VARGAS

Com a Era Vargas, iniciava-se um dos períodos mais ricos da literatura e do teatro brasileiro. “O Quinze”, de Rachel de Queiroz e “Minas Alguma Poesia” de Carlos Drummond de Andrade, saudavam o país no 1930. Noel Rosa compôs, na mesma data, “Com que Roupa”. Em 1932, enquanto São Paulo se armava contra Vargas, o mesmo Noel fazia as ruas do país cantarolarem “O teu cabelo não nega”. Mais: Gilberto Freyre terminava o monumental “Casa-Grande e Senzala”. Os anos seguintes, não por Vargas, trariam pérolas de Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Ari Barroso, entre outros.

Vargas assumiu o controle político do país quando, em 1930, a conspiração contra o governo federal entrou na ordem do dia, tendo vários líderes tenentistas aderido ao movimento revolucionário que deporia o último representante da política do café-com-leite: Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa. Luís Carlos Prestes, convidado a chefiar a rebelião que poria fim à República Velha, recusou-se, denunciando seu caráter oligárquico. Os acontecimentos se precipitaram em setembro de 1930, com o assassinato de João Pessoa numa rua de Recife. O levante contra o governo foi marcado para o dia 03 de Outubro, contando com a ativa participação dos tenentes. O movimento rebelde partiu do Rio Grande do Sul, logo seguido por Minas Gerais, estendendo-se depois para o Nordeste.

São Paulo foi, praticamente, o único Estado de importância que mostrou disposição em defender o governo federal. Diante da amplitude da

revolta, um grupo de militares de alta patente depôs Washington Luís, em 24 de Outubro daquele 1930. Por trás de todo o movimento, a crise mundial representada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929).

Mesmo a queda da República Velha, o café continuou a ser o principal produto da economia brasileira. Mas a orientação dada pelas novas forças políticas dominantes em relação à cafeicultura foi radicalmente diversa da empregada durante a política do café-com-leite, em que cabia apenas ao Estado arcar com toda a responsabilidade financeira para a valorização do produto.

Entre os objetivos da Revolução de 1930, estava a modernização das instituições governamentais, que deveriam responder, de forma eficiente, às novas necessidades geradas pela diversificação econômica do país e redefinir as estruturas republicanas vigentes desde 1889.

Apenas uma semana após estabelecer-se provisoriamente no governo republicano Brasileiro, Vargas, recorrendo à Lei Orgânica, dissolveu o Congresso nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais e destituiu todos os presidentes de estado, com exceção do de Minas Gerais. A seguir, nomeou vários tenentes interventores estaduais, concedendo-lhes plenos poderes. O Código dos Interventores limitou área de ação dos Estados, ficando, cada um deles, proibido de contrair empréstimos externos sem autorização do governo central, além de ser impedidos de gastar mais de 10% do orçamento estadual com a Polícia Militar

Para formar o Ministério, Vargas convidou Osvaldo Aranha (Justiça), José Whitaker (Fazenda), Lindolfo Collor (Trabalho, Indústria e Comércio), Francisco Campos (Educação), entre outros. Buscava, dessa forma, redistribuir o poder entre as diversas forças que haviam participado do movimento revolucionário: tenentes, positivistas gaúchos e oligarquias estaduais dissidentes. Logo a seguir, iniciou sua política de aproximação com trabalhadores, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26-II-130), passando a atender a antigas reivindicações operárias.

4. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO

As medidas adotadas por Vargas, além de expressar a nova correlação de forças políticas no cenário nacional, sepultavam para sempre a política dos governadores da República Velha. Ruía todo o sistema montado em benefício da oligarquia paulista. Ela não detinha mais nem mesmo o governo de São Paulo que, em menos de dois anos, teve quatro interventores nomeados por Getúlio.

Inconformados com essa situação, a oligarquia de São Paulo passou a articular a reação contra Vargas, exigindo a reconstitucionalização do país, autonomia para os estados e a nomeação de um interventor civil e paulista, em substituição ao tenente João Alberto Lins de Barros, que era pernambucano. São Paulo apegava-se ao que podia. Sentia-se preterido pelo governo central.

Getúlio cedeu à pressão indicando o ex-embaixador Pedro de Toledo (civil e paulista) para o cargo de interventor no estado. Muito velho (setenta e dois anos de idade), Pedro de Toledo era conhecido em São Paulo como a “Múmia”. Mais: Vargas nomeou comissões para a elaboração do Código Eleitoral e do Anteprojeto da Constituição, marcando para maio de 1933 as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Apesar das concessões, a oligarquia paulista não se reconciliou com Getúlio. O que ela desejava era controlar novamente o poder e desenvolver uma política que beneficiasse, de maneira mais efetiva, a cafeicultura, seriamente abalada desde a crise de 1929. Os preços do produto tiveram uma queda monstruosa no mercado externo, levando o governo a adquirir o café estocado para queimá-lo. Estima-se que, entre 1931 e 1944, foram para o fogo mais de setenta e oito milhões de sacas de café.

O inconformismo, no entanto, transformou-se numa contestação aberta contra o governo revolucionário. Marchas de civis e militares ganharam as ruas da capital paulista e do interior. A maioria da população, particularmente a juventude estudantil, se mobilizou para derrubar Getúlio. Em 23 de maio de 1932, numa das corriqueiras manifestações, quatro estudantes morreram na investida contra a sede de uma associação getulista, denominada Legião de Outubro. As iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, as vítimas, foram usadas na criação de um grupo radical anti-Getúlio: o MMDC. O

grupo tinha como slogans: “ São Paulo dominado por gente estranha”, “Tudo pela Constituição, “Convocação imediata da Constituinte”.

O movimento ganhou força e, em 9 de julho do mesmo ano, irrompeu em São Paulo a chamada Revolução Constitucionalista. os revolucionários contavam com o apoio de outros estados, que não veio.

5. A PRÁTICA DA GUERRA

Na perseguição às práticas, campanhas para levantamento de fundos foram lançadas, uma vez que a Força Pública Paulista dispunha de apenas trinta mil armas leves, oito mil fuzis (os mais novos de 1908, sendo a maioria de 1893), cinqüenta canhões, cento e quarenta e nove metralhadoras e pouco mais de quinhentas metralhadoras. Assim, como colocar em condições de luta os alistados? Faltava de tudo! Aviões, só alguns de turismo, porém, mesmo assim, faltavam pilotos. De qualquer forma, os paulistas organizaram uma pequena esquadrilha: as Unidades Aéreas Constitucionalistas (UAC) que se limitavam a espalhar panfletos sobre as posições inimigas. Mesmo assim, só quatro chegaram a entrar em ação.

A Campanha mais estruturada era a do “Ouro Para o Bem de São Paulo”, que visava levantar fundos para a compra de armas no exterior. Arrecadou-se muito, porém pouco trouxe de resultados efetivos, até porque o porto de Santos fora bloqueado pelo governo federal para a entrada de qualquer navio de suprimentos destinado aos constitucionalistas.

Mesmo com todas as dificuldades, as operações de guerra foram iniciadas em 10 de julho daquele 1932, quando tropas comandadas por Euclides Figueiredo (da Segunda Divisão de Infantaria de Operações), concentradas no Vale do Paraíba, avançaram em direção ao Estado do Rio de Janeiro. O único resultado concreto foi a ocupação de Cruzeiro e o Bloqueio da entrada do túnel que liga São Paulo a Minas Gerais (túnel Cruzeiro- Passa Quatro).

Mal iniciada a luta, os paulistas ganharam motivos para o desânimo. A falta de estrutura para uma luta deste porte era clara.

Isolado em sua luta, São Paulo viu a Federação das Indústrias do Estado (FIESP), através do empresário Roberto Simonsen, promover um

grande esforço de guerra, chegando a financiar a produção de quatro mil granadas de mão, bombas de aviação, máscaras de gás e setenta mil cartuchos de fuzil por dia, não sem enfrentar o boicote de alguns poucos operários simpáticos ao governo federal comandando por Getúlio Vargas. A fábrica nacional de cartuchos e munições, localizada em São Bernardo do Campo, pertencente ao grupo Matarazzo, passou a trabalhar vinte e quatro horas por dia.

A Campanha do Ouro para o bem de São Paulo arrecadava jóias, alianças e outros objetos de valor. Era o que a população paulista podia dar.

Outras manobras, perante a fragilidade paulista, foram utilizadas, como a prática de “inventar” armas. A mais famosa delas foi a matraca, uma prancheta de madeira com uma lâmina de aço e roda dentada que, quando acionada, produzia um som semelhante ao de uma metralhadora. Tentava-se enganar o inimigo.

Às mulheres, papel fundamental, inclusive as de classes mais abastadas: cobravam os que resistiam ao alistamento, substituíam os combatentes nas fábricas, acumulavam os serviços domésticos.

O exército paulista era composto por voluntários, reservistas ou não. Alistados em entidades como a MMDC, a Liga de Defesa Paulista, o Instituto do Café, entre outras, somavam os soldados cerca de duzentos e dez mil homens, somados os da capital e cidades do interior do Estado. Destes, apenas cerca de setenta mil estiveram nos campos de batalha. Muitos eram jornalistas, outros médicos, engenheiros, advogados, artistas, formando ao lado de analfabetos, mas todos com o mesmo ímpeto e a mesma intenção.

Práticas como o recolhimento de armas e munições que poderiam ser utilizadas pelos paulistas, a remoção de oficiais, a redistribuição de destacamentos, a convocação de tenentistas fiéis a Getúlio, as pressões sobre Pedro de Toledo, a sedução de líderes (em especial mineiros e gaúchos), a prisão de simpatizantes à causa paulista em alguns Estados da União, foram rapidamente colocadas em ação pelo governo federal. Objetivo: isolar São Paulo e liquidar em pouco tempo a insurreição paulista.

Na madrugada do dia 10 de julho de 1932, no bairro de Santana, no Largo das Perdizes, na Avenida Paulista, na Vila Mariana, na Ponte Grande,

na Praça Buenos Aires, no Largo de Guaianazes, no Largo São Francisco, concentraram-se os primeiros batalhões convocados pelo MMDC. Eram mais de mil homens, a quem eram distribuídos fuzis pela Força Pública. Logo a seguir, as emissoras de rádio (Record, Cruzeiro do Sul e Educadora) emitiram comunicado do Comando Revolucionário: a guerra começara. Era 15 de julho de 1932, 10.30 horas.

Foram três meses de batalhas. Pelo lado de São Paulo, voluntários sem treinamento que não tinham habilidade para o disparo de um canhão, para o reabastecimento de um fuzil ou para o manuseio de uma granada de mão. Para suprir tanta deficiência, a criatividade, como o uso do trem blindado.

Mas não foi só São Paulo o palco da principal guerra do século XX do Brasil. A Revolução de 1932, articulada em São Paulo e pelos paulistas, teve participação de outras unidades da federação. Mineiros, paraenses, baianos, gaúchos e até mesmo cariocas, lutaram em suas pátrias. Ou seja, o sentimento contrário a Getúlio não era um particularismo de São Paulo.

6. O DESFECHO DA GUERRA

Após três meses de batalhas, em um claro prevailecimento das forças federais, São Paulo capitulou com o que lhe restara: treze mil soldados da Força Pública, cerca de vinte mil voluntários e três mil e seiscentos insurretos que deveriam estar ligados ao efetivo federal.

Ao final do confronto, os paulistas resistiam à rendição. Mas não havia como. Não existiam mais armas e munições. Havia dinheiro, mas não o que comprar, tal os efeitos do bloqueio ao Estado armado pelo governo federal.

Foram sessenta e quatro combates de grande envergadura, outros tantos menores, além de encontros eventuais entre as forças oponentes.

É difícil precisar o número exato de mortos e feridos. Oficialmente, por São Paulo, foram trezentos e cinquenta e três voluntários e duzentos e quarenta e nove das forças regulares. Destes, muitos mineiros, baianos, fluminenses, pernambucanos, além de alguns alemães, portugueses, ingleses, italianos, entre outros de outras nacionalidades.

Terminara a guerra que os barões do café e industriais juntaram-se a desconhecidos e humildes, em uma comunhão jamais vista. Terminara a guerra da solidariedade, que irmanou municípios.

Getúlio Vargas procurou não tripudiar sobre a derrota dos paulistas. Nenhuma demonstração de força posterior. Nenhum desfile, nenhuma manifestação em rádio.

Em 1933, Vargas devolveu a São Paulo o direito de governar-se, deixando de nomear interventores para o Estado. E o mais importante: retomou o projeto da reconstitucionalização do país, confirmada a 03 de maio de 1933 para as eleições à Assembléia Nacional Constituinte.

7. A RENDIÇÃO DE SÃO PAULO

A 29 de Setembro de 1932, Bertoldo Klinger teria telefonado a Getúlio Vargas propondo uma trégua por tempo indeterminado. Objetivo: negociar. Klinger o fez à revelia dos demais chefes constitucionalistas.

Góes Monteiro, em nome de Vargas, estabeleceu oito dias de trégua, exigindo o recuo de todas as frentes das tropas paulistas, além da entrega geral das armas dos revoltosos. Paralelamente à negociação com Klinger, Monteiro negociava com o coronel Herculano de Carvalho, comandante da Força Pública, exigindo que esta corporação voltasse para São Paulo. Em troca a manutenção dos cargos dos revoltosos.

Sem contar com a Força Pública, Klinger foi para a capital paulista, onde se rendeu. Herculano recebeu ordens para depor o governo constitucionalista de Pedro de Toledo. No dia 05 de Outubro, São Paulo já possuía outro interventor federal: Valdomiro Castilho de Lima.

Euclides Figueiredo não aceitou a rendição. Tentou organizar uma resistência guerrilheira no Mato Grosso. Não conseguiu. Fugiu para o Rio Grande do Sul e depois para Santa Catarina onde, poucos dias depois, foi preso.

8. O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO PARA SÃO PAULO E PARA O BRASIL

É natural que o movimento liderado por São Paulo, em 1932, caia no quase esquecimento. Não deveria. O movimento de 32 funcionou como uma linha divisória para a história do Estado. Não só por ter unido paulistas e paulistanos, humildes abastados, homens e mulheres, em torno de uma causa que os tornaram iguais, independentemente de posses e riquezas. Uma grande mobilização popular, onde barões do café, industriais e cidadãos ditos comuns uniram-se, em uma comunhão que jamais se repetiria na história, nem mesmo por ocasião da Campanha das “Diretas Já” de 1984.

A campanha “Doe ouro para o bem de São Paulo”, tentou ser repetida em 1964 (“Doe Ouro para o bem do Brasil”), sem o mesmo sucesso. Na primeira, tanto dinheiro foi arrecadado que, ao final da guerra, ergueu-se o prédio de doze andares da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo.

Uma das utilidades da guerra paulista de 1932 é de mostrar como o país, o Estado de São Paulo e a cidade de mesmo nome modificaram-se. A começar pela visão democrática, ampliada de lá para cá. Em 1932, menos de vinte por cento da população adulta brasileira podia votar. No campo econômico, o Brasil mostrava-se essencialmente agrário. No campo militar, a bagunça generalizada e conflitante, deu lugar à unidade (vide movimentos como o Levante do Forte de Copacabana de 1922, a Insurreição Tenentista de 1924, a Coluna Miguel Costa-Prestes, entre outros).

Mais de setenta anos após o conflito, nomes de praças, avenidas, alamedas e ruas do Estado de São Paulo lembram o movimento. Mas não é só: São Paulo, atualmente, responde por mais de quarenta por cento do PIB do país. Sua atitude no início da década de 30 do século passado, sem dúvidas, contribuiu para tanto

9. CONCLUSÕES

O movimento constitucionalista de São Paulo, iniciado em julho de 1932, uniu praticamente todas as correntes políticas e os segmentos de suas classes dominantes em uma Frente Única contra o governo Getúlio Vargas, iniciado anos antes, especificamente em 1930, após a chamada Revolução de 1930.

Mostrou o descontentamento de proprietários de terra, de fábricas, de bancos e de casas de comércio paulistas com a política econômica e a legislação social implantadas em seu governo provisório.

O objetivo dos paulistas era a reconquista da autonomia e a realização de eleições nacionais para a Assembléia Constituinte. Ganhou, com o tempo, a forma de insurreição armada para afastar Getúlio Vargas do poder. Para tanto, São Paulo parou suas indústrias para produzir instrumentos bélicos, mulheres foram recrutadas para o trabalho de retaguarda aos homens combatentes, homens (a maioria em treinamento de guerra) foram para as frentes de confrontos.

Mas São Paulo ficou sozinho. Levantes simultâneos fracassaram no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, no Mato Grosso e outros pontos do país. Se não conseguiu alcançar seu desejo maior de depor Vargas, São Paulo conseguiu a reconstitucionalização do país a partir de 1933, bem como a atenção de Vargas, tomador este de medidas que aliviaram as dificuldades econômicas e financeiras do Estado derrotado. São Paulo conseguiu também um interventor federal indicado pelo poder central: Armando de Sales Oliveira, do Partido Democrático, certamente um desconforto para o governo federal.

A Revolução paulista de 1932 fez declinar o Tenentismo, iniciado ainda na República Velha ou Primeira República, quando, para os tentes, a formação profissional passou a ser mais importante do que a atividade política.

Foi o maior evento político interno do século XX.

A união dos paulistas em torno de sua causa fez São Paulo retomar seus caminhos para tornar-se a maior unidade federativa do país.

O que existiu foi um choque entre “Brasis”. Um choque que, ao seu final, mudou os rumos do Brasil e, claro, de São Paulo como Estado.

REFERÊNCIAS

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

ELLIS JR., Alfredo. *Populações Paulistas*. São Paulo: Nacional, 1934.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Nacional, 1977.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil; 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

JAGUARIBE, Hélio. A emergência da classe média. *Revista Veja* (suplemento).

KUPPER, A. e CHENSO, P. A. *História Crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1993.

SILVA, Hélio. *1932: A Guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Recebido em: 05 de março de 2008.

Aprovado em: 04 de abril de 2008.